

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

SARAH GOMES E SOUSA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFCG, CAMPUS DE CAJAZEIRAS/PB: você
tem fome de quê?**

SOUSA – PB
2015

SARAH GOMES E SOUSA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFCG, CAMPUS DE CAJAZEIRAS/PB: você
tem fome de quê?**

Monografia de graduação apresentada à
Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social
para a obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.

Prof^ª. Orientadora: Ma. Maria Clariça Ribeiro
Guimarães.

SOUSA – PB
2015

SARAH GOMES E SOUSA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFCG, CAMPUS DE CAJAZEIRAS/PB: você
tem fome de quê?**

Aprovada em ___/___/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães
Orientadora

Prof^ª. Ma. Maria da Conceição Silva Felix
Examinadora

Prof^ª. Ma. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
Examinadora

Dedico à Deus e a todos aqueles que amo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por está sempre comigo, está sempre guiando os meus passos, e sendo a minha fortaleza, se apresentando sempre nos momentos mais difíceis, principalmente naqueles momentos em que não vemos soluções, que achamos que vai dar tudo errado, Deus estava ali.

À minha mãe Fátima e a minha irmã Melca, por me amarem incondicionalmente por estarem sempre prontas a dar tudo por mim, por fazerem tudo para tirar um sorriso em meio ao cansaço e ao estresse desses meses.

Ao meu pai Chico e ao meu irmão Jafet, pelo amor e apoio sempre a mim dedicado.

Aos demais familiares agradeço por todas as palavras de encorajamento e pelas orações.

Um agradecimento mais que especial, às minhas amigas de infância, de hoje e de sempre, Maria Rita e Raysa, que me ouviram em todos os momentos nesses meses, mesmo que por vezes através do whatsapp, me distraíram nos momentos de exatão intelectual e física desse processo. Dizendo sempre o que eu precisava ouvir, com palavras de apoio e força, fazendo com que confiasse que daria certo, só elas sabem o que passamos juntas nesses meses...então posso dizer que devo todo esse trabalho de conclusão a elas.

Aos demais amigos que torcem por mim, pelo meu sucesso e pela minha felicidade.

Aos Membros do Movimentos do Focolares que compartilham comigo o propósito de Deus de “Que todos sejam Um” através de uma revolução do amor aqueles que passam ao nosso lado, principalmente aquelas que fazem parte da minha sub-região Paraíba e Rio Grande do Norte, pelas orações e unidade que dedicaram a mim.

Aos meus professores que me construíram como profissional, e me deram a dimensão da responsabilidade que é ser uma assistente social, comprometida com a promoção da justiça social, alguns em especial, como os professores Luan, Conceição, Cibelly e Marcelo que contribuíram não só para o engrandecimento profissional, mas me ensinaram muito sobre a vida, me fizeram crescer como

pessoa, fazendo que me tornasse uma jovem adulta mais preparada para enfrentar tudo que me espera pela frente.

Aos meus colegas de sala pelas contribuições para o meu crescimento profissional, mas também meu crescimento pessoal. Em especial agradeço aquelas que construíram a sua formação junto comigo, Ana Rosa, minha eterna dupla, Manu, Jessica e Mayara agradeço por todos os momentos, os estresses, as risadas, e principalmente por me ajudar a chegar até aqui, confiando o compartilhamento dos seus conhecimentos comigo, na construção da nossa formação profissional. Não posso deixar de citar Liane, que foi meu exemplo de determinação e comprometimento com a busca de uma formação de qualidade, servindo de espelho para mim, a agradeço pelas discursões teóricas e incentivo.

À minha orientadora, agradeço pela paciência, por me transmitir tranquilidade nos momentos críticos desse processo, por sempre acreditar em mim até o último segundo.

Por fim, agradeço aos entrevistados que contribuíram para que esse trabalho se concretizasse.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE – Coordenação de Apoio Estudantil
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFP – Centro de Formação de Professores
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FONAPRACE – Forum Nacional das Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários
IFES – Institutos Federais de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional da Educação
PRAC – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais
RU – Restaurante Universitário
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Este trabalho discorre acerca do acesso dos estudantes ao restaurante universitário da UFCG, campus Cajazeiras/PB, discutindo categorias como Universidade e Assistência Estudantil. Com o objetivo de analisar os determinantes para as dificuldades no acesso ao Restaurante Universitário do referido Campus. Realizamos uma pesquisa com quatro, dos cinco administradores do restaurante universitário, que são o Pró-reitor, diretor, a assistente social e o movimento estudantil, a fim de obtermos uma visão mais ampla da realidade do programa no campus, com o objetivo de compreendermos mais profundamente os empecilhos para o acesso dos estudantes ao restaurante universitário. O método utilizado para tal consistiu no materialismo histórico dialético, ao analisar e criticar a configuração atual da sociedade capitalista, dentro do ensino superior brasileiro, indo do universal ao particular, na tentativa de um desvelamento dos fenômenos sociais em sua totalidade. A pesquisa realizada foi de natureza fundamentalmente qualitativa e, com esse horizonte, como procedimentos metodológicos adotamos a realização de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos na pesquisa confirmam que a lógica neoliberal perpassa fortemente as políticas públicas brasileiras e a política de permanência dos Institutos Federais de Ensino Superior – IFES não está excluída dessa realidade, o que influencia diretamente o acesso dos estudantes aos programas da assistência estudantil. Apreendendo isto, através do restaurante universitário, percebemos também a importância deste programa de permanência para a qualidade da formação do discente, pois permite que este vivencie mais o que a universidade tem a oferecer. Em nossa pesquisa, visualizamos também possibilidades de superação dos limites encontrados para se concretizar a universalização, a exemplo do investimento na organização do movimento estudantil, procurando fazer as articulações necessárias e buscando instrumentos de luta para se conseguir a efetivação do direito de todos os estudantes a acessar o restaurante e porque não, também, os outros programas da assistência estudantil. Concluímos então que é de extrema importância a política de permanência nas IFES, e que o restaurante é um dos programas de maior relevância presente nesses espaços na medida em que propicia, além da alimentação, outras possibilidades, como convívio e maior permanência no ambiente universitário fazendo com que o estudante tenha acesso aos outros âmbitos da universidade. Ademais, identificamos que para conseguir o acesso universal dos estudantes ao restaurante e conseqüentemente aos demais programas ainda temos muito o que lutar, tendo em vista a efetivação real dessa política de permanência.

Palavras-chave: Universidade. Assistência Estudantil. Restaurante Universitário.

ABSTRACT

This work is about the student access to the UFCG university refectory at Cajazeiras/PB Campus, discussing categories such as University and Student Assistance. With the purpose of analysing the determinants related to the difficulties in the access of the University Refectory at the mentioned campus, we've performed a research with four of five refectory managers, what are the Pro-rector, director, the social worker and the student movement to get a wider overview of the reality of the programme at the campus with the aim of also to provide a deeper understanding of the obstacles for the student access to the University Refectory. The method used for that consisted on historical dialectic materialism, analysing and criticizing the current configuration of the capitalist society, in the Brazilian higher education, ranging from the general to the particular, in an attempt to an unveiling of social phenomena in its entirety. The performed research was primarily qualitative and with this horizon as methodological procedures we adopted a bibliographical review and semi-structured interviews. The obtained results through the research confirm that the neoliberal logic strongly pervades the Brazilian public policy and the permanence policy of the Federal Institutes of Higher Education – IFES is not excluded from this reality, what directly influences the student access to the student assistance programmes. Apprehending this idea, through the university refectory we've realized the importance of this permanence programme for the quality of training of the student once allows him to experience more from what the university has to offer. In the research we've also visualised possibilities of overcoming the limits for achieving the universalization, such as the investment in the student movement organization, seeking to make the necessary links and looking for tools to fight for the effective right of all the students to the access to the refectory and also others student assistance programmes. We concluded that the permanence policy in the IFES is extremely important, and the refectory is one of the most relevant programmes present in these areas since it provides in addition to alimentation others possibilities such as conviviality and a longer stay in the university environment, what allows the student to have access to others spheres of action provided by the University. Furthermore, we identified that to achieve the universal access of the students to the refectory and consequently to the other programmes we still have a lot to fight for, considering the actual effectiveness of this permanence policy

Keywords: University. Student Assistance. University Refectory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA: UNIVERSIDADE E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CENÁRIO BRASILEIRO	15
2.1 Concepções e fundamentos da educação superior no Brasil	15
2.2 Caminhos para a consolidação da Assistência Estudantil como direito	21
3 A GENTE QUER INTEIRO E NÃO PELA METADE: TENSÕES E CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA UFCG CAMPUS CAJAZEIRAS/PB	27
3.1 Ainda muito longe do que o PNAES determina.....	27
3.2 Acesso dos estudantes ao Restaurante Universitário	34
3.3 Restaurante Universitário e Formação Acadêmica: qual a relação?	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
5 REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES.....	48
A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	
B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia se propôs a estudar sobre o acesso ao Restaurante Universitário, um programa da assistência estudantil, determinado no Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, e um dos programas que a Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras, executa.

O interesse pela temática foi construído a partir das vivências em campo de estágio, especialmente devido a uma pesquisa, realizada pelo grupo de estagiárias, em conjunto com a assistente social supervisora de campo, a respeito daqueles que ainda não tem e gostariam de ter acesso ao restaurante. A mesma foi realizada no período 2014.1 e abarcou inclusive aqueles estudantes que tem programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que são graduados e tem renda maior que um salário mínimo e meio, isto é, discentes que pela resolução e determinação legal, não podem ter acesso ao R.U.

A referida investigação originou-se de questionamentos do Diretório Central dos Estudantes – DCE sobre o Restaurante Universitário, a exemplo de porque ele não era universal e porque os discentes da noite não tinham acesso ao jantar.

Em nosso trabalho monográfico, optamos por aprofundarmos essa pesquisa, desvelando quais determinantes dificultam o acesso dos estudantes ao restaurante, pois é um dos programas que mais facilitam a vida dos discentes na universidade, por proporcionar as principais refeições do dia para os mesmos, facilitando assim sua permanência na universidade para realizar todas as atividades que necessita na mesma.

De acordo com pesquisas feitas pelo Fórum Nacional das Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários – FONAPRACE, nos períodos 1996 – 1997 e 2003 – 2004, para sua formulação como programa da assistência estudantil, “O restaurante universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária de 19,10% na 1ª pesquisa e na 2ª pesquisa 24,7% dos estudantes pesquisados”,

Nesse sentido, essa temática tem significativa relevância neste momento, por estar sendo bastante discutida no Centro de Formação de Professores – nosso local de estágio - pois os estudantes almejam uma ampliação e, também por ser algo já

bastante discutido no âmbito nacional como um programa inserido no PNAES, na sua seletividade, qualidade e universalização entre outros pontos, e que era anteriormente conhecido como bandejões.

Esse tema trará um enriquecimento teórico para a discussão sobre política de educação, mais precisamente nas universidades públicas, locus privilegiado onde a assistência estudantil está inserida, pois colocará em evidência várias problemáticas que perpassam as universidades brasileiras em relação ao Restaurante Universitário e será uma das primeiras produções acadêmicas sobre a temática na Universidade Federal de Campina Grande e no Campus de Cajazeiras.

Além de tudo isso, o Restaurante Universitário é um programa da Assistência Estudantil presente nas Universidades Federais que é um dos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social, na área da educação. Sendo assim, este tema contribuirá para o aumento das produções teóricas sobre assistência estudantil dentro do Serviço Social, considerando ser esta uma temática ainda pouco explorada e uma problematização que ainda não vimos nos textos já produzidos academicamente.

Com essa perspectiva, desenvolvemos a pesquisa monográfica, tendo como método o materialismo histórico de Marx, indo do universal para o particular, por sabermos que “existe sempre um continuo ir-e-vir de um processo para o outro - do nível teórico ao empírico e deste mais uma vez ao plano teórico que se enriquece sem cessar. Por sua vez também o pesquisador passa do abstrato para o concreto e vice-versa” (SORIANO, 2004, p. 30). Fazendo com que possamos desvelar os fenômenos na totalidade como propõe Marx, “articulando estas três categorias nucleares – totalidade, a contradição e a mediação -, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico” (NETTO, 2011, p. 58). Portanto, procuraremos esgotar ao máximo cada categoria discutida, para superarmos a superficialidade e as aparências.

De acordo com o método ora enfatizado, utilizaremos uma abordagem fundamentalmente qualitativa, ou seja, aquela que conforme Minayo (2008) não pode ser traduzida em números na proporção em que consiste na interpretação dos fenômenos e na observação da totalidade.

Dito isto, nosso percurso metodológico consistiu em revisão bibliográfica, buscando produções teóricas que embasem o tema, perpassando as categorias necessárias para a análise do mesmo, que são Ensino Superior e Assistência Estudantil, mas também consistiu em pesquisa de campo.

Para aprofundarmos a temática, fomos à procura da compreensão daqueles que estão diretamente ligados a realização da pesquisa feita em 2014.1 com discentes sobre o restaurante universitário, sendo esses todo o corpo administrativo do Restaurante, envolvendo Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFCG, Diretor do Campus de Cajazeiras, Administradora do Restaurante, Assistente Social, e o Movimento Estudantil, representado por um componente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Com eles realizamos uma entrevista semiestruturada, com seis questões.

Aqueles que responderam a entrevista foram apenas quatro, dos cinco sujeitos envolvidos, somente o Pró-Reitor, o Diretor, a Assistente Social e o Movimento Estudantil, ficando apenas a Administradora do Restaurante, sem conseguir atingir êxito na entrevista por contratempos intercorridos durante o período de coleta das entrevistas. As questões perpassam desde da concepção da assistência estudantil na UFCG até as possíveis possibilidades e limites para universalização do restaurante universitário.

Sendo assim, o trabalho se subdivide em dois capítulos, no qual o primeiro contempla uma discursão sobre Ensino Superior e Assistência Estudantil. Apresentamos, neste capítulo, uma reflexão acerca da educação na conjuntura atual do capital, perpassando pelo caráter contraditório da educação. Discorreremos sobre a universidade inserida na lógica da contrarreforma do Estado, chegando na democratização do ensino superior, bem como sobre a política de assistência estudantil, desde da sua gênese até o REUNI/PNAES.

No segundo capítulo analisamos a temática Restaurante Universitário através da entrevista realizada com quatro sujeitos que estão envolvidos diretamente com o programa de permanência, que são os administradores e o movimento estudantil. A discussão deste capítulo diz respeito à assistência estudantil na UFCG, enfatizando precisamente o restaurante universitário e trazendo a discursão sobre a universalização do acesso a este.

Por fim, trazemos as considerações finais, as referências utilizadas para o desenvolvimento do estudo, e apêndices.

2 A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA: UNIVERSIDADE E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CENÁRIO BRASILEIRO

2.1 Concepções e fundamentos da educação superior no Brasil

Consideramos que a educação é muito mais que simplesmente a escola, perpassa também os costumes e tradições, se moldando a cada tipo de sociedade. Na sociedade capitalista não é diferente, este modelo impregnou as nossas relações sociais para pensarmos e agirmos de forma a nos percebermos como coisas, excluindo qualquer forma de humanidade, pensando apenas no nosso bel prazer, fenômeno o qual Marx denomina de fetichismo do capital, ou seja, a educação na sociedade capitalista “acaba contribuindo para a reprodução da sociedade vigente” (ORSO,2012, p.38-41).

Ao mesmo tempo, a educação é uma arma potente para se transformar a sociedade, pois “é a forma como a própria sociedade prepara seus membros para viverem nela mesma” (ORSO, 2008, p.50). O capital está fazendo o dever de “casa direitinho” fazendo uma educação “voltada à conservação do status quo e a legitimação das estruturas sociais vigentes. Se quisermos ter outro tipo de educação não nos resta outra alternativa senão lutar pela transformação da sociedade” (ORSO,2008, p.55).

Na perspectiva de viabilizarmos uma formação crítica e propositiva, a universidade consiste em terreno particularmente propício para tal façanha, local de provocar discursões e reflexões acerca da conjuntura vigente a fim de superá-la, potencialmente podendo vir a ser um ambiente de luta a favor dos direitos sociais. Assim conseguindo um maior acesso daqueles que mais sofrem com os ditames do capital, os trabalhadores, como afirma Ivo Tonet Devem (2012):

[..] lutar por uma universidade pública e gratuita, pela sua ampliação, pela sua melhoria e pelo acesso cada vez mais amplo da população a ela é lutar pelos interesses daqueles que realmente produzem riqueza (os trabalhadores), mas não têm acesso a ela, é lutar por uma vida efetivamente digna para imensa maioria da população brasileira (p.93).

Ivo Tonet (2012) afirma ainda que essa luta é claramente anticapitalista, devido ao que vimos acontecer ultimamente, e só assim poderemos chegar a uma sociedade verdadeiramente humanizada. Contudo, importa ressaltar que a educação superior brasileira se iniciou tardiamente. Apenas em 1891 temos sua origem demarcada com escolas superiores, já que no período colonial, ainda ligado a Portugal, a única universidade disponível era Coimbra, em um contexto no qual o rei detinha o poder de decidir quem podia ter acesso ao ensino superior.

Neste período de 1891 de 1920, foram feitas algumas mudanças na legislação que contemplou aqueles estudantes não aptos a terem acesso às escolas superiores, além de descentralizar a responsabilidade do ensino superior para os estados e maior rigor nos vestibulares, entre outras. Em 1920 nasceu a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, sendo somente a união de três faculdades, sem unidade e com o intuito apenas de formar profissionais (VALE, 2012).

No período de 1930, mesmo que continuasse a ser paga e elitista, ocorreram maiores mudanças em relação às universidades, pois surgiu o Ministério da Educação que regulamentou o primeiro estatuto das universidades do Brasil e as universidades começaram a se voltar mais à pesquisa (VALE, 2012). O contexto econômico deste período, é transitório de um país agrário para industrial, assim absorvendo as ideias liberais. Isso reflete na educação como um todo, fazendo com que a educação prepare as pessoas para o mercado. De acordo com Barbosa (2012):

Embora, de fato, o capital se aproprie do sistema educacional como um instrumento de valorização, fazendo a escola fundamental à sua reprodução seria um reducionismo analisar o sistema educacional somente pela ótica da valorização do capital, pois a escola veicula ideologias dominantes e contraditórias e é reprodutora das relações sociais, sendo também um espaço de lutas de classes (p.05).

Sendo a escola um ambiente propício para a reprodução do capital, mas também um espaço de luta de classes, a universidade então é mais do que favorável. Cabe notar que nos anos de 1930, existiam várias lutas para melhorar e tornar a universidade mais acessível a todos. Estes movimentos renderam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1946, a qual garantiu a educação como direito

de todos, administrada pelo poder público nas diferentes instâncias, mas dando liberdade ao setor privado para explorar a área, dentro da lei (BARBOSA, 2012).

Os anos de 1950 e 1960 foram marcados pela expansão das instituições superiores, pelo protagonismo de professores e estudantes dentro das universidades e pela união de instituições e movimento estudantil para reivindicar melhorias na educação, em especial na superior. Além disso, os intelectuais estavam também junto aos movimentos populares para a ampliação da democracia no país. Esse momento de embate foi até 1964, quando a universidade se caracterizava por ser crítica e acompanhava as mudanças vividas na sociedade. Nesse meio tempo, foi anunciado o Plano Nacional de Educação, que contribuiu para maior investimento na educação e de acordo com Pinto (1986) apud Barbosa (2012, p. 05):

É o momento em que, conforme ilustram autores como Pinto (1986), o país inaugurou, de fato uma política educacional, uma vez que foi a partir de então que o Estado passou a assumir a responsabilidade sobre o sistema de educação e seus rumos. Todavia, esta posição não foi impulsionada por uma sensibilidade democrática ou uma visão republicana de um Estado preocupado em imprimir à sociedade, uma face que expressasse menos desigualdades. Ao contrário disso, se propunha a atender os interesses econômicos, cuja efetivação das ideias serviria somente para refletir e aprofundar o cenário de uma sociedade marcadamente desigual.

Este cenário se percebe facilmente já no início do período ditatorial, quando o Ministério da Educação (MEC) firmou parceria com uma agência internacional para reorganizar a educação brasileira, desde o primário até o ensino superior, momento em que a educação se voltou ainda mais para a lógica mercadológica, e isto provocou insatisfação dos estudantes, principalmente dos universitários, e fez com que o governo federal, em 1968 fizesse uma reforma universitária, que ao mesmo tempo que confirmou a insociabilidade das três esferas da universidade (ensino, pesquisa e extensão), também consolidou ainda mais a direção conservadora que a educação e particularmente as universidades tomaram.

A partir de então na década de 1970, houve um aumento expressivo das universidades privadas e um maior investimento na pós-graduação, em detrimento da graduação e incentivo à pesquisa voltada para os interesses do mercado. Segundo Barbosa, (2012, p.08) “a crise que prosseguiu os anos 1970, cujas

consequências marcaram os dias atuais, repercutiu na expansão da ideologia neoliberal como forma de reação burguesa”. Com o decorrer do tempo e principalmente nos anos de 1990, essa tendência de privatização das universidades se acirrou face a conjuntura neoliberal que, além das privatizações, trouxe outros limites para a educação e para as universidades por conseguinte, mas também vieram com alguns avanços em relação à política de educação, por causa da Constituição Federal 1988 e da nova LDB de 1996 e isso vai de encontro também às universidades.

Mesmo com as garantias legais inscritas na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, o Brasil, estava vivenciando uma administração que instituiu o neoliberalismo como forma de governo, o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que incentivou todas essas privatizações na educação superior, estimulando empresários para o aumento das faculdades e uma “privatização interna” que, segundo Kátia Lima, expressa na:

Oferta de cursos pagos, especialmente cursos de pós-graduação lato sensu; estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas para a realização de cursos, consultorias e assessorias viabilizadas através das fundações de direito privado; concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta duração; criação de mestrados profissionalizantes, em parcerias com empresas públicas e privadas, considerados cursos autofinanciáveis, isto é, cursos pagos, entre outros mecanismos internos de privatização analisados por vários pesquisadores (LIMA, 2007, p.18).

Essas reformas neoliberais ocorreram também no governo Lula, que mesmo se denominando mais democrático, ele fomentou cada vez mais as faculdades privadas e continuou com a privatização interna da universidade pública no mesmo caminho da gestão de FHC, de parcerias com cursos pagos e pós-graduação conduzidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (LIMA, 2007).

Essa realidade imposta pelo neoliberalismo e que deu novo caráter à universidade, aprofundou consideravelmente as marcas da exclusão na sociedade, uma vez que a classe menos favorecida passou a se deparar com maiores dificuldades, principalmente de teor financeiro, no acesso ao ensino superior, instância que, na dada conjuntura, ganhou nova roupagem,

passando a ser associada à oportunidade de melhores salários e chances de dissociação do círculo vicioso da pobreza (BARBOSA, 2012, p.12).

Isto se dá porque a universidade pública era um espaço para privilegiados, aqueles que estudavam em escolas particulares e faziam cursinhos pré-vestibular, ou seja, quando pensamos especificamente na universidade pública no Brasil, logo nos vem à mente a ideia de excelência e elitização (SILVA, 2013), restando assim, para aqueles que não tinham essa oportunidade, o ensino privado (principalmente noturno) e cursos técnicos. E assim se configura o ciclo do capital, numa configuração na qual os discentes da universidade pública serão a elite que comanda aqueles que tiveram uma formação para o “servir” no mercado (BARBOSA, 2012). Essa forma de segregação social ainda está presente nos dias de hoje, visto que a cada dia se aprofunda mais o neoliberalismo.

E então, o governo federal foi criando alternativas para o ingresso dessa população formada para servir ao capital no ensino superior privado, com programas que financiam os cursos, como Programa Universidades Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), programas esses que permanecem até hoje. Mas segundo Barreto citado por Barbosa:

Somente políticas para o acesso não bastam. É necessário que também sejam apresentadas alternativas para a permanência dos jovens nas universidades, [provendo] condições adequadas para concluir seus estudos, com a implementação de uma verdadeira e ampla política pública de assistência universitária (BARRETO *et al*, 2005, Doc., Online, s/p).

O carro-chefe da política de expansão da Universidade Pública é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criando em 2007, o qual objetiva o aumento de cursos de graduação nas universidades, dando incentivos financeiros para tal, principalmente nos interiores, para que mais jovens tenham acesso ao ensino superior e garanta a permanência desses estudantes que ingressam nas universidades contempladas pelo programa.

O REUNI veio nos governos de Lula e Dilma com muitas promessas, e permaneceram nelas, pois

O que, de fato, vem ocorrendo nas IFES em geral e em particular na UNIRIO, desde a implantação do REUNI, é a falta de professores e

técnicos, de salas de aula e de laboratórios. As obras do REUNI estão embargadas e não prontas; assim, a infraestrutura não corresponde às necessidades para o funcionamento dos cursos novos. O que se tem é uma expansão acompanhada com péssimas condições de trabalho. Com a não nomeação e efetivação dos professores concursados e prometidos para a implantação dos cursos do REUNI, o governo Dilma acentuou a precarização de trabalho, criando a 'figura' do professor temporário, sendo que nem mesmo este está sendo viabilizado na quantidade necessária. Como consequência deste agravamento das péssimas condições de trabalho, tanto na UNIRIO como nas demais IFES, temos disciplinas descobertas e alunos sem sala de aula desde 2009, ano em que os cursos iniciaram (ORLETTI, 2014, p. 60 -63).

Esse desmonte do REUNI não ocorre somente na UNIRIO como cita Orletti, mas em todas as universidades que têm o programa, principalmente nas universidades dos interiores brasileiros, que por terem pouco incentivo do governo, em sua grande maioria recebeu a proposta e aderiu ao programa por suas vantagens, mas se deparam com uma realidade bem diferente daquelas que imaginavam, pois passam por todos os problemas que as universidades públicas dos grandes centros passam, mais o agravante de serem localizadas em cidades que poucos professores desejam permanecer, ou seja, as universidades servem como trampolim.

A resistência ao REUNI se deu por não se ter garantias de condições materiais (de infraestrutura) e humanas (contratação de docentes e técnicos) para assegurar a qualidade de ensino, pesquisa e extensão nestes novos cursos. O que vem sendo comprovado desde 2008 até 2013. (ORLETTI, 2014, p. 60-63).

Nesta configuração neoliberal, seguindo os ditames do mercado, a universidade pública vem perdendo em qualidade, já que o que importa é a quantidade para subir os índices de crescimento do país, ou seja, "provoca não só o desprestígio da universidade pública brasileira como também a queda do nível do ensino superior, da pós-graduação, das pesquisas científicas e a distância cada vez maior do papel social que deveria prestar à sociedade" (Orletti, 2014, p. 60-63).

No caminho que estamos indo, temos que buscar aliados fora dos muros acadêmicos, para que possamos juntos enfrentarmos o desmonte neoliberal no ensino superior, visando segundo Orletti (2014), preservar universidade pública, laica e gratuita, já que no Brasil

As políticas neoliberais no campo educacional e a ciência e tecnologia evidenciam que o Estado brasileiro não só não confronta as diretrizes dos organismos internacionais, mas, ao contrário, as implementam em ampla escala, utilizando-se de instrumentos de coerção legal e de intensa massificação ideológica para um consenso ativo e passivo (Orletti, 2014, p.60-63).

E a mesma afirma ainda que “o maior desafio para a universidade brasileira é resgatar seu papel social, ajudando a reconstruir a nação e se concentrar na produção de conhecimento novo sem se desvincular do movimento real da sociedade, da classe trabalhadora”.

2.2 Caminhos da consolidação da Assistência Estudantil como direito

Os primeiros moldes da assistência estudantil vieram nos anos de 1930, momento em que já se tinha a moradia e a alimentação sendo implantada por Getúlio Vargas em 1934 na Constituição, por meio de bolsas para aqueles que comprovassem necessidade, mas só se tornou obrigatória a assistência estudantil na educação em 1946. Nesse ínterim de 1946 até 1970 e meados de 1980, ocorreram avanços mais em relação à educação como um todo, “nessa fase afirma-se que as políticas de assistência estudantil não tiveram muita relevância para permanência justa dos alunos na universidade” (PRADO; YALI, 2013, p.07). Ou, seja, não tinha uma assistência digna para que todos pudessem ter condições de acesso ao ensino superior.

Somente com o processo de redemocratização do Brasil em 1980, mais precisamente com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996) e o Plano Nacional da Educação (PNE) é que se pensou ações de assistência estudantil voltadas para o ensino superior.

As políticas assistência estudantil dessa segunda fase obtiveram uma maior atenção por parte do governo e de órgãos ligados a educação superior. Todavia na década de 1990, verificar a inexistência de recursos em uma perspectiva nacional voltados para a assistência estudantil na educação superior. Nesse período, apesar de iniciarem um processo de discussão sobre o assunto, a assistência estudantil ainda tomava uma forma fragmentada e se restringia a instituições isoladas. Foi apenas no início da década de 2000, que tais ações passaram a ganhar uma perspectiva de uma política governamental (PRADO; YALI, 2013, p. 09).

A política pública de assistência para a permanência do estudante na universidade veio junto com a reforma do ensino superior sendo implantada desde 1995, e mais fortemente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Ministério da Educação (MEC) em consonância com o Banco Mundial. Dessa reforma, adveio vários programas de permanência como o Prouni (Programa Universidade para Todos), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni-2008), e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A política de assistência estudantil pode ser definida como:

Um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2007, s/p).

Dentro dessa política está o Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais (PNAES), feito no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), proposta esta que responde a pesquisas feitas desde de 1996 até 2004. Foi lançada em 2007 e só regulamentado pelo Governo Federal em 2010 como PNAES.

Tal Plano aponta a necessidade de atendimento de todos os âmbitos que permeia a permanência dos estudantes nas universidades, como:

“moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, Plano Nacional de Assistência Estudantil).

O FONAPRACE propõe a garantia de todas essas ações aos estudantes, que não passa do necessário para que ele tenha uma formação profissional de qualidade, pois com isso atendido ele terá como caminhar pelos três pilares da universidade, quais sejam: ensino, pesquisa e extensão.

Mas, dentro da conjuntura que estamos inseridos - o neoliberalismo - que, em linhas gerais, significa a mínima participação do Estado na economia, a mesma sendo regida pelo mercado, terceirizando os serviços, entre outras características que refletem fortemente nas universidades e na assistência estudantil, mesmo se temos isto garantido em lei a todas essas ações da assistência estudantil para a permanência dos estudantes, de fato, só se tem disponível aos discentes algumas dessas ações para sua permanência.

Isso fica evidente quando visualizamos a quantidade de programas que temos atualmente na assistência estudantil da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras, onde contempla apenas o Reuni, no que toca ao combate à evasão universitária disponibilizando bolsas para suprir as necessidades dos estudantes das mais diversas relacionadas à universidade, Residência Universitária, Restaurante Universitário e mais recentemente a Bolsa Permanência, que contempla aqueles estudantes com mais de cinco horas diárias de curso, indígenas e quilombolas, com bolsas de quatrocentos e novecentos reais respectivamente. Como diz Leite (2012), doravante em consonância com os ditames neoliberais, as políticas destinadas aos pobres serão também pobres

Os discentes, para terem acesso ao PNAES e programas que o compõe, passam por um processo seletivo, com vários critérios excludentes para comprovarem a situação de vulnerabilidade social, como Leite (2012, p. 462) confirma, “para recebê-las, o estudante deve estar inserido em uma série de critérios e cumprir um sem número de condicionalidades [...]”. Como por exemplo, ter renda abaixo de um salário mínimo e meio, ser oriundo de escola pública ou bolsista de escola particular, ser graduando e não ter feito outro curso superior, são alguns dos critérios gerais de todos os programas, existindo ainda critérios próprios de cada programa, valendo salientar que esses critérios são estabelecidos pela Universidade Federal de Campina Grande, já que o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que regulamenta o Programa Nacional Assistência Estudantil (PNAES) afirma que “ § 2º caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados”.

Essa seleção é feita através da solicitação de vários documentos comprobatórios dos discentes, entre outros instrumentos dentro do possível que a

assistente social se utiliza para que se tenha o resultado mais justo possível, tendo em vista ser este um dos profissionais capacitados para a realização de estudos socioeconômicos, no que toca a perceber todas as determinantes que perpassam a vida do estudante, como indica o FONAPRACE na proposta da PNAES:

É de fundamental que se evidencie todos os esforços no sentido de garantir a formação de equipes multidisciplinares e interdisciplinares que tenham como atribuição a construção e execução dos programas de assistência estudantil que envolvem, dentre outros aspectos, avaliações de cunho social e econômico. Neste sentido faz-se premente a autorização de vagas para realização de concursos públicos de STAs, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atentando as especificidades de cada região e instituição.

Diante de tudo isso, percebemos a assistência estudantil desde a sua regulamentação já fragilizada. Especialmente porque não é uma política, ou seja, conjunto de leis que regulamente os parâmetros de dada necessidade da população. Pode assim deixar de existir a qualquer momento, visto que todos os programas são de governo, mudando de acordo com a gestão, na medida em que são estabelecidos por meio de decretos, “[...] implantando projetos que gestam uma ideologia de “favores e/ou permutas” pontuais, focalizadas e fragmentadas”. (LEITE, 2012, p. 463)

Além disso, há grande burocratização no processo de seleção, já que os estudantes devem comprovar toda a sua vida via documentos e, ademais, os valores das bolsas não são suficientes para atingir o objetivo de suprir as necessidades do estudante, visto que a sociedade está em constantes transformações e avanços, fazendo com essas necessidades sejam mais complexas do que o básico necessário para um discente se manter na universidade, sendo que nem o básico está sendo contemplado com os valores disponibilizados.

Por isso é necessário não perder de vista que uma política de assistência ao estudante não pode se limitar a criar e executar mecanismos destinados à população de baixa renda; ela deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal [...]. (LEITE, 2012, p. 464).

Como destaca a autora acima, faz-se necessário termos uma política que atenda a todos os estudantes e não só aqueles considerados carentes. Em outras palavras, significa a assistência estudantil como direito de todos, já que não só os de

baixa renda tem dificuldades de se manterem na universidade. Todavia, se formos pensar que não temos universidades públicas em todos os recantos do Brasil, então mesmo aqueles fora dos critérios estabelecidos tem dificuldades de se manter na universidade, já que terão despesas extras, até mesmo aqueles que residem na cidade da universidade, têm dificuldades de se manter, pela distância de suas residências à universidade, entre outras coisas que perpassam a vida de todos os discentes.

Percebemos, então, que houve um progresso na universidade pública brasileira pois, através da assistência estudantil, trouxe para os bancos universitários estudantes provenientes de escolas públicas e com renda baixa, e que minimamente consegue atualmente mantê-los na universidade, mas como dissemos, ainda de forma seletista, ou seja, somente o pobre dentre os mais pobres acaba por ter acesso aos benefícios. Aqueles que não conseguem, se mantém a duras penas ou desistem indo trabalhar, pagar uma instituição particular ou fazer cursos a distância. Por isso, a busca pela universalidade dos programas para que todos os estudantes das universidades públicas sejam atendidos de acordo com a sua necessidade.

Assim, a assistência social [no caso, a assistência estudantil] defronta-se permanentemente com o binômio seletividade versus universalidade, ou seja, pelos programas em voga, volta a abordar a assistência na sua forma mais aparente: como ajuda pontual e personalizada aos grupos de maior 'vulnerabilidade social'. Se essa perspectiva se mantiver, a assistência social [estudantil] não se constituirá em política e continuará movendo-se num terreno marcadamente contraditório – na tensão constante entre a inclusão e a exclusão – assumindo, por isso, marcas demasiadamente conjunturais, casuísticas, ora com características mais generosas ora pouco vigorosas (LEITE, 2012, p.470).

No decorrer desse trajeto histórico, visualizamos a importância da universidade pública no Brasil e do Programa de Assistência Estudantil para o acesso de grande parte da população brasileira ao ensino superior. Sendo esta uma população pobre, a assistência estudantil veio para que possamos chegar a uma mínima equidade de oportunidades entre as classes. Segundo Prado e Yari (2013, p.04):

Acredita-se, ao falar em equidade, que definições relacionadas às questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não possam ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior.

Estes resultados foram constatados pelo FONAPRACE (1997), onde o rendimento do estudante que estava inserido na assistência estudantil é igual proporcionalmente ao de poder aquisitivo maior, mostrando que se deve investir na assistência. Outro impacto, considerado o mais importante: o quanto vale o diploma para aquela pessoa que não tem outro caminho para ascender na vida se não o ingresso numa universidade pública, e isto, a assistência estudantil vem proporcionando (PRADO; YARI, 2013).

Tal política promove o acesso, mas como afirmado nas linhas anteriores, de forma ainda precária, seletista e enfrenta desafios, por causa da conjuntura atual de acirramento das desigualdades, na qual segundo Argelim (2011) *apud* Prado e Yari (2013) esse quadro de total desmantelamento da política de assistência estudantil reflete a tônica imperante nas demais políticas públicas, onde o ideário neoliberal de Estado mínimo contribui, sobremaneira, com o avanço da barbárie. É como se desse com uma mão e puxasse com a outra.

3 A GENTE QUER INTEIRO E NÃO PELA METADE: TENSOES E CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA UFCG

Neste capítulo apresentamos e analisamos os resultados da nossa pesquisa de campo acerca do acesso dos estudantes ao Restaurante Universitário da UFCG, campus Cajazeiras/Paraíba. Nessa abordagem, inicialmente, discutimos a compreensão da Assistência Estudantil dentro da UFCG e as dificuldades para o acesso dos discentes aos programas da mesma. Destacamos, o Restaurante Universitário, um dos programas componentes da Assistência Estudantil, a partir do qual analisaremos os desafios encontrados para ampliação de vagas do programa e como esse direito sendo negado prejudica a formação dos discentes. E, por fim, como é possível superar esses limites encontrados para se chegar à universalização do programa.

Para tanto, entrevistamos, com entrevista semi-estruturada, aqueles diretamente ligados à assistência estudantil, mas primordialmente ao Restaurante Universitário. Como descrito na introdução, os sujeitos são o Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, Diretor do campus de Cajazeiras, Assistente Social e um Membro do Movimento Estudantil do campus. Procurando ter uma visão mais ampliada de como está caminhando o programa em questão, após a pesquisa de onde adveio esta análise – a qual contemplou os discentes do campus ao questionar quem gostaria de ter acesso ao Restaurante para que pudessem estudar as possibilidades de ampliação de vagas do Restaurante - pasaremos agora a discutir a visão das outras partes envolvidas.

3.1 Ainda muito longe do que o PNAES determina....

Com a política de democratização do ensino superior, veio o REUNI, o principal programa do governo para promover a expansão das IFES, e junto com ele surgiu a PNAES que organiza e regulamenta os programas historicamente existentes como Residências, Restaurante e auxílios, mas também amplifica a assistência estudantil enfatizando outros âmbitos, também de suma importância

para a permanência e formação dos estudantes. Isto é um avanço num contexto neoliberal, mas como toda política pública brasileira sofre reflexos da conjuntura atual, como nos diz Nascimento (2014, p. 88-103):

Os anunciados objetivos comuns existentes entre a expansão da assistência estudantil e a atual fase da contrarreforma universitária expressam propostas como o controle das taxas de evasão e retenção nas IFES, a produtividade das vagas nas IFES, a rotatividade dos estudantes entre as IFES e a ênfase na democratização do ensino superior.

Com esses objetivos comuns, então, significa que esta é a percepção do Estado perante a assistência estudantil, ou seja, que ela foi criada apenas para atingir os índices de desenvolvimento, uma visão extremamente pragmática da assistência estudantil. Isso é passado para as instituições e acaba se tornando uma visão daqueles que estão na administração das mesmas, como dois dos nossos entrevistados, o Pró-Reitor e o Diretor do Campus:

Relevantes para a política de permanência e combate a retenção e evasão na graduação (PRÓ-REITOR).

[...] É eu acho que é uma das Pró-Reitorias mais atuantes na UFCG...ela tá procurando sempre uma interação muito grande com os alunos...então eu avalio como muito satisfatório a assistência estudantil no âmbito da UFCG (DIRETOR).

Mas a assistência estudantil vai mais além do que só o combate a evasão e garantia da permanência dos estudantes de baixa renda, como vimos no decorrer deste trabalho. Entendemos que ela permite que aqueles que têm acesso a mesma, consiga almejar melhores posições no mercado de trabalho, além da realização de um sonho de ter um curso superior e vislumbre outras oportunidades, outras vivências. E estas possibilidades só se tornaram viáveis para a população de baixa renda com os programas de ingresso como cotas, REUNI, mas principalmente com os programas de permanência REUNI/PNAES.

Além dos reflexos da contrarreforma nos objetivos da assistência estudantil, estes também são percebidos na implantação do REUNI/PNAES nas IFES, pois como destaca Nascimento (2013):

Com relação ao desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil consoante as áreas estratégicas definidas pelo PNAES, sabe-se que nem

todas as IFES e IF atendem ao recomendado, pois não possuem programas, projetos e serviços em todas as áreas. De acordo com Nascimento (2012b, p.154) “em alguns casos, ainda prevalece o ‘tripé’ da assistência estudantil: a Bolsa Permanência, os Restaurantes Universitários e as Casas de Estudantes (NASCIMENTO, 2013, p.393).

Percebemos um pouco mais dessa compreensão sobre a assistência estudantil nas falas das outras duas entrevistadas: a assistente social e a representante do movimento estudantil:

É[...]acho que a UFCG ela tem procurado se organizar pra viabilizar a assistência estudantil. Isso foi fortalecido com a contratação dos Assistentes Sociais, colocando um em cada campus, a gente ainda tá muito distante de atingir o que o PNAS determina[...]porque atualmente a gente só tem programas na área de moradia, alimentação, né e programas de bolsa...são uma quantidade de vagas muito insuficiente[...]avalio que é[...]a gente tá de certa forma, não sei, em vantagem poderia dizer em relação a outras instituições porque a gente trabalha com a execução direta desses programas[...]ainda administrado pela própria instituição[...]porque politicamente fortalece os estudantes[...]diferente de muitas instituições hoje, que trabalham apenas com auxílio, que individualiza[...]não se articula com os outros estudantes (ASSISTENTE SOCIAL).

Bom eu vejo que os programas de assistência estudantil ainda são muito poucos pra uma instituição tão ampla. Então praticamente a residência e o restaurante universitário que deveria se estender, mais apoio para o estudante e não só a questão da moradia e alimentação mas também apoio essa assistência estudantil[...] (ESTUDANTE – DCE).

Com a incorporação de novos assistentes sociais na instituição, e isto demonstra o quão importante a assistência estudantil se tornou nas IFES e a uma preocupação com a qualidade das seleções e acompanhamento dos programas, já que o assistente social é o profissional qualificado para tal função, ainda mais se este profissional tiver uma formação crítica da realidade, comprometido com a classe trabalhadora contribuindo assim para a efetivação da PNAES, e assim “garantindo” uma seleção onde realmente tenha acesso aqueles que precisam, buscando a ampliação dos programas e estimulando a articulação dos estudantes para lutar pelos seus direitos por uma educação de qualidade. Como diz Nascimento:

Avaliamos que a defesa da democratização das condições de acesso e permanência denota uma relação com os princípios e valores demarcados no projeto ético-político do Serviço Social, devendo, por sua vez, se

apresentar como a matriz referenciadora da atuação profissional do assistente social que se insere no campo das políticas educacionais, explicitamente, a de Assistência Estudantil (NASCIMENTO, 2013, p. 394).

E em relação à limitação de vagas Nascimento (2014) afirma:

Uma das tendências postas é a da incorporação, pelas próprias políticas de assistência estudantil, da mesma lógica produtivista do REUNI. Assim, diante das pressões exercidas pelos organismos educacionais, as instâncias responsáveis pela operacionalização da Política passam a incorporar critérios de acesso e permanência que permitam a rotatividade dos estudantes no seu âmbito, como alternativa para responder, de forma satisfatória, às metas do REUNI. Estamos nos referindo, com isso, à intensificação do controle dos estudantes beneficiários mediante a naturalização das contrapartidas acadêmicas, assim como a rigidez do desempenho acadêmico e do atendimento aos critérios socioeconômicos rebaixados impostos. A consequência disto é o desligamento daqueles estudantes que não conseguem enquadrar-se aos critérios exigidos, 'liberando' as vagas para novos usuários (NASCIMENTO, 2014,88-103).

Então, é de extrema importância a assistência estudantil ser administrada pela própria instituição, ou seja, ainda ser pública, dentro dessa política de contrarreforma do Estado, pois possibilita o fortalecimento da organização dos estudantes para a busca de ampliação da assistência estudantil nas IFES, como se configura na UFCG, já que muitas outras instituições públicas individualizam a assistência estudantil através dos auxílios, desarticulando assim os estudantes, fazendo com que eles não se percebam como sujeito inseridos em uma comunidade universitária. Segundo Guimarães (2011, p.138), faz-se necessário investirmos na “[...] perspectiva histórica do movimento estudantil, especialmente porque acreditamos que o debate deve ser pautado sob a ótica não do indivíduo, mas de um sujeito coletivo”. Então, essa administração da assistência estudantil, sendo ainda feita pela própria instituição, proporciona que os discentes se reconheçam como uma coletividade.

Percebendo as restrições de acesso na política de assistência estudantil já instituídas na PNAES e REUNI, como “a priorização do atendimento aos estudantes provenientes do ensino básico público ou com renda per capita de até ½ salário mínimo (BRASIL, 2010)” (NASCIMENTO, 2014 p. 88-103), vislumbramos nas falas dos entrevistados algumas outras dificuldades de acesso. Nas palavras deles:

Bom pelo menos na nossa realidade aqui do CFP (Centro de Formação de Professores) as dificuldades é exatamente as estruturais né por, pelas condições próprias do país nosso campus é um campus enorme que cresceu muito nos últimos anos e com a criação de novos cursos, com o pronatec etc. no nosso campus tem uma escola técnica com ensino médio e dois cursos técnicos que é um diferencial dos demais campus da UFCG, então isso traz uma realidade diferente e uma demanda muito maior de estudantes com suas respectivas necessidades [...] (DIRETOR).

A gente poderia dizer que o principal empecilho é a questão das vagas porque a gente tem os programas, mas em comparação ao universo dos estudantes, a quantidade é muito pequena [...] que está ligada a questão orçamentária né porque a gente não tem um orçamento pra poder ampliar essa quantidade de vagas no caso específico da UFCG [...] estamos em fase ainda de construção dos equipamentos físicos, então a gente gasta muito do orçamento da Assistência Estudantil, [...] poderia também colocar como empecilho a concepção que a gestão da UFCG faz da Assistência Estudantil [na] utilização [dos] recursos em outras coisas que não são Assistência Estudantil (ASSISTENTE SOCIAL).

Essas questões mencionadas não consistem em realidade exclusiva da UFCG, campus Cajazeiras, mas perpassam a configuração atual do REUNI/PNAES, pois essa política de expansão e democratização da educação já se iniciou precarizada não levando em consideração a capacidade física e orçamentária de cada instituição para sua implantação e ainda não cumpriu as suas premissas. Nos referimos, sobretudo, ao não cumprimento dos prazos estabelecidos, não disponibilizando orçamento suficiente para realização do mesmo, entre outras questões.

Como consequência, incham as universidades de cursos e com isso, aumenta o número de discentes e, assim, tendo que ter mais estrutura para recebê-los, tanto na formação acadêmica como para mantê-los na mesma e fazer com que eles concluam seus cursos, pois este é o objetivo final do REUNI, pelo menos no papel, já que ele não propicia condições para que isso aconteça da forma esperada. Nessas condições, o REUNI exige em contrapartida qualidade na formação que passa por uma assistência estudantil de qualidade também e grande inserção de estudantes nos cursos recém criados, tudo isso reflexo dos ditames neoliberais no governo brasileiro. Nascimento (2014, p.88-103) faz alusão a isso quando afirma:

O 'melhor aproveitamento' da universidade pública no sentido de empreender ações cujos resultados se deem num curto espaço de tempo,

atingindo um maior número de estudantes e com 'otimização' dos recursos, está presente nas pautas do REUNI, uma vez que seus propósitos e metas desconsideram o déficit histórico de infraestrutura física e de recursos humanos (sobretudo de corpo docente) das IFES, estimulando a produtividade das vagas ociosas sem equiparar os objetivos de ampliação quantitativa das taxas de conclusão do ensino superior à garantia da qualidade da formação.

Além disso, o REUNI/PNAES já se iniciou também sendo seletista e focalizado, pois essa política inicialmente foi feita apenas para atender estudantes de baixa renda, então já emergiu com critérios excludentes, deixando a cargo das instituições estabelecer a forma como irá selecionar os estudantes para ter acesso aos programas da assistência estudantil. Na UFCG, os mecanismos de seleção envolvem uma análise documental, e em alguns programas apenas ela, casos em que os estudantes que pretendem ter acesso os programas se inscrevem trazendo documentos como:

Documentação de identificação do candidato e da sua Família; Comprovação de renda do candidato e da sua Família; Despesas; Comprovante de residência; Documento de conclusão de ensino médio. Comprovante de matrícula; Documentação comprobatória de situações específicas tais como: guarda, tutela, deficiência, separação, divórcio, óbito, etc (Cartilha da UFCG, campus cajazeiras, 2014).

Desse modo, é de extrema necessidade essa documentação para que os Assistentes Sociais tenham minimamente condições de realizarem um estudo social e emitirem seu parecer, apenas essa forma de análise não é a maneira de se fazer um estudo social de acordo com Marques (2010):

Para realizar estudos sociais, é necessário aproximar-se da realidade social dos sujeitos demandantes da ação para compreender com precisão a sua situação e poder analisá-la, avaliá-la ou emitir um parecer sobre ela. De acordo com Sarmiento (1994, p. 281-282), a abordagem é um contato intencional de aproximação, através do qual criamos um espaço para o diálogo, para a troca de informações e/ou experiências para a tomada de conhecimento de um conjunto de particularidades necessárias a ação profissional e, ainda, para o estabelecimento de novas relações [...] permite a criação de um espaço para conhecimento (e intervenção) desencadeando um processo de ação-reflexão (crítica) com a realidade e entre os sujeitos envolvidos (p.49).

Como, infelizmente, em muitos dos programas não é possível estabelecer essa aproximação mais acurada com os sujeitos sociais, limitando-se apenas à documentação fazendo com que sejam necessários, porém também existe uma burocratização no acesso dos estudantes aos programas da assistência estudantil, como relatado na entrevista consentida pela Representante do Movimento Estudantil:

A burocratização primeiro ponto, e segundo ponto a falta de informação né são acho que são os dois empecilhos maiores [...] é muitos documentos é claro que como se trata de uma instituição tem que ter essa documentação [...] mais eu acho que é muito burocratizado [...] desburocratizar um pouco melhorar [...] você num já traz documento para se matricular né então [...] já tem um boa informação de quem é você[...] a falta de informação pro aluno [...] é o que realmente é um empecilho maior porque o alunos com falta de informação eles não correm atrás do que é direito deles e se tivesse mais informação né acho que os alunos correriam mais atrás (REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES).

Essa burocratização é um problema não só nos programas da assistência estudantil da UFCG, mas em várias outras ou em todas as outras políticas públicas e programas de governo, já que é como o Estado ver na comprovação por documentação a forma de ter controle sobre os programas e políticas pública como diz Souza (1995, p. 51), as “origens da burocracia não estão nas exigências da racionalização empresarial, mas no próprio Estado, nos grandes impérios asiáticos, onde o Estado tem por função dirigir e controlar a execução de tarefas”.

Foi verificado na pesquisa realizada no campus no período 2014.1, referente ao Restaurante Universitário, ainda uma grande falta de repasse de informações em relação ao programa e isso reflete também a realidade da publicização da assistência estudantil como um todo na UFCG. Este dado foi verificado, entre as justificativas dadas pelos discentes quando indagados porque não tentaram a seleção do Restaurante e 123 discentes responderam que foi por causa da falta de informação:

[..] é porque assim a gente questiona, porque todo aluno questiona eu tô aqui representando os alunos né, então todos os alunos questionam a falta de informação, mas como eu participei né dessa, de todo esse dimensionamento das vagas de quem deseja participar e de quem não deseja participar [pesquisa do RU] a gente foi passando de sala de aula informando e dando informação e mesmo assim quando chegou no dia das inscrições [para o RU] foram poucas então assim você escuta nos

corredores que são muita falta de informação e quando a gente correu atrás [...] [sugestão para suprir essa falta de informação] mas eu acho que essa forma de informação se talvez através de cartazes né sei lá [...] porque o aluno vou te dizer o aluno ele é preguiçoso pra correr atrás dos seus direitos [...].

Mesmo estando sempre no site da UFCG disponível o edital de seleção dos programas e após a assistente social junto com suas estagiárias terem feito um trabalho de publicização dos programas através de uma cartilha informativa, promovendo em um evento de lançamento e, posteriormente distribuído nas coordenações dos cursos, nos períodos de 2013.2 e 2014.1, havendo um aumento das inscrições nos programas.

Acreditamos que esse processo de esclarecimento dos discentes sobre os programas irá progredir aos poucos, iniciou-se com a cartilha, em seguida a pesquisa como disse a Representante do Movimento Estudantil foram nas salas informando, a seleção do Restaurante. Mesmo que tais informações sejam apenas de um programa, mas já é uma forma de atentar os estudantes para a assistência estudantil, perceber que existe.

Mas antes da instituição ir atrás do discente, ele também deve se interessar indo atrás do que a universidade lhe oferece, pois a universidade pública é um mundo em que o discente é provocado a descobrir.

3.2 Acesso dos estudantes ao Restaurante Universitário

Numa perspectiva histórica, podemos dizer que o Restaurante Universitário surgiu atrelado as casas universitárias no início dos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas, localizados dentro das mesmas. Nessa época era chamado de restaurante popular e configurava-se como o espaço onde comiam estudantes carentes, com o Estado restringindo-se apenas aos poucos auxílios. Mais na frente, em 1934, com o ministro Gustavo Capanema, foi que se evidenciou a necessidade de criar a cidade universitária, separando assim o Restaurante das Casas.

Com a promulgação da LDB de 1961, que “apresentava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes” (PRADO; YARI, 2013, p. 06), se discutiu no II Seminário Nacional de Reforma Universitária em Curitiba sobre a assistência estudantil, enfatizando pontos

o aumento dos números de restaurantes universitários. Em 1970, o governo criou um departamento vinculado ao MEC, exclusivo para cuidar da assistência estudantil e, dentre as medidas de permanência, estava o Restaurante Universitário. No decorrer dos anos, houveram alguns avanços em relação à assistência estudantil, mas esta só veio se tornar de fato uma política de governo em 2000, antes “a assistência estudantil ainda tomava uma forma fragmentada e se restringia a instituições isoladas” (PRADO; YARI, 2013, p. 09).

Tornar-se uma política governamental possibilitou a instituição de vários programas de permanência no ensino superior, sendo um deles o PNAES, o qual se ramifica em vários outros programas, dentre os quais o Restaurante. De acordo com a proposta do FONAPRACE (BRASIL, 2007) fórum originário do PNAES, “o restaurante universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária”.

Somente com o PNAES é que se percebe com mais clareza a importância das políticas de permanência nas universidades públicas, e também se regulamenta como devem ser administrados os programas, pois ele estabelece os critérios básicos de seleção, incluindo atender prioritariamente a estudantes advindos da escola pública e com renda per capita de um salário mínimo e meio e de acompanhamento posterior ao ingresso do discente no programa. Então os demais critérios de seleção e como esse acompanhamento vai se processar quem decide é a instituição, mas não deixando de cumprir o que está na PNAES.

No que diz respeito ao restaurante universitário da UFCG, Campus Cajazeiras, importa registrar que o mesmo existe desde a criação da universidade na cidade, ainda como UFPB, datada em 1980. Mas não há registros (até onde tivemos acesso) de como era feita a seleção e acompanhamento antes de 19 de maio de 2003, quando a já UFCG lançou uma portaria UFCG/CAE/Nº. 004 que estabelecia seus critérios de seleção para o restaurante. A referida portaria já contemplava os dois critérios principais do PNAES, antes mesmo da sua criação, e mais alguns outros instituídos pela própria instituição, alguns atualmente ultrapassados. Esta portaria dispõe em seu Art. 1º, como critérios:

1º Ser aluno de graduação da Universidade Federal de Campina Grande regularmente matriculado no período letivo em análise; 2º Ter carga horária

mínima de 15 créditos; 3º Ser aluno de baixa renda e preferencialmente oriundo de outras cidades; 4º Ser aluno preferencialmente oriundo de escolas públicas; 5º Não ter concluído um curso superior; 6º Ter como base a Renda Individual Relativa (RIR), níveis I, II, e III.

Esta é a portaria em vigência até hoje, sendo ultrapassado somente o último ponto, devido atualmente o cálculo adotado ser o da renda, conforme consta no PNAES. Mas no decorrer do tempo, de 2003 até o período 2014.1, foram estabelecidos critérios extras dentro do próprio campus, que permeia o imaginário dos estudantes, mas que pode ter sido colocado por condições objetivas de oferta/demanda pelas administrações anteriores do RU, pelo menos é o que deduz a assistente social da instituição.

[...]acho que isso é muito histórico e cultural aqui no CFP [Centro de Formação de Professores] porque assim sempre teve um RU pequeno acredito que orçamento também limitado e aí as pessoas que administravam o RU eles foram acredito eu, não conheço bem a história, mas acredito que essas pessoas foram se vendo diante da situação do número restrito de vagas, de recursos e aí foram criando critérios, critérios até que se a gente for se reportar a legislação do RU no PNAES e a portaria do RU da UFCG acontece que a gente não encontra nesses documentos [...] foi um longo tempo de negação de direito [...] foi restringido o RU aos estudantes da área da saúde porque eles tem curso integral e também aos estudantes que vinham de fora [...] isso que estou falando minha opinião foi constatado através da pesquisa [...] foi se criando até no imaginário dos estudantes [...] por exemplo [também] um estudante que fosse de uma licenciatura, curso que fosse apenas um curso, foi se criando essa cultura que não poderia acessar o RU (ASSISTENTE SOCIAL).

Essa realidade do restrito acesso dos estudantes ao restaurante foi questionada no período 2014.1 pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), devido as reclamações dos estudantes e por também ser uma proposta anunciada no período de campanha da nova direção, de ampliação das vagas do restaurante universitário. Tal questionamento ocorreu numa audiência pública para toda a comunidade acadêmica com o Reitor e alguns Pró-Reitores, entre eles o Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, audiência que foi articulada pelo movimento estudantil, professores e funcionários para pedir esclarecimentos e fazer algumas reivindicações e questionamentos sobre o campus ao Reitor. Nessa ocasião, a assistente social também fez uma fala sobre como estava atualmente o restaurante universitário a pedido do DCE, para que todos tomassem conhecimento das coisas e percebessem que não daria para fazer ampliação na forma como desejavam ainda, mas que era uma questão a se pensar em como fazer.

Após essa audiência, o DCE, assistente social e Pró-Reitor tiveram uma conversa e antes de tomar qualquer decisão de ampliação das vagas, devido a várias questões objetivas colocadas por ele e pela assistente social na audiência, decidiram realizar uma pesquisa em todo o campus para saber quem realmente queria o RU.

A pesquisa confirmou o que a assistente social suspeitava daquilo que passava na mentalidade dos discentes em relação aos critérios extras, conseqüentemente muitos estudantes não haviam sido selecionados para utilizar o restaurante, apesar de estarem dentro do perfil. Precisamente, de um universo de 404 (quatrocentos e quatro) estudantes que responderam à pesquisa, 306 estavam no perfil e fora do programa e, entre esses, estudantes de Cajazeiras, revelando algumas outras necessidades ainda para a ampliação.

Algumas das questões ilustrativas dessas necessidades diziam respeito ao aumento do horário de funcionamento do RU para inserção dos estudantes da noite; possibilidade de acesso ao restaurante em situações eventuais; insuficiência do auxílio do REUNI para as despesas acadêmicas e, a impossibilidade de junção dos dois programas, deixando muitos discentes que estão no perfil sem acesso ao restaurante, enquanto estudantes que recebem bolsas acadêmicas podem acumular; grande falta de informação da comunidade acadêmica em relação ao programa do RU.

Foram identificados também alguns questionamentos, extraídos das sugestões e respostas fornecidas no questionário da pesquisa, a saber: dever-se-ia ampliar o prazo de inscrição quando os alunos têm urgência para iniciar o acesso ao restaurante? E como ampliar em 54,33% a quantidade de refeições semanais com a reduzida capacidade física, orçamentária e humana do R.U? (ALBANO; LIMA; LIRA; OLIVEIRA; QUERINO; SOUSA; 2014.)

Partindo destes pressupostos, questionamos os entrevistados sobre quais foram os avanços após a pesquisa, se eles consideravam que realmente tinha havido algum. Os mesmos expressaram as seguintes respostas:

Sim a pesquisa foi uma aproximação da realidade né como toda pesquisa [...] e fez com que a gente pudesse visualizar as nossas deficiências e partir daí poder traçar estratégia pra diminuir se não anular mas pelo menos

minimizar essas dificuldades [...] então nesse sentido ela é extremamente útil um exemplo que a gente viu é os estudantes do turno noturno eles tinham pouco acesso ao RU e a gente ver através dessa com abertura de novas vagas [...] foi um efeito imediato que a pesquisa trouxe (DIRETOR).

A gente tá na fase de fechar os dados sobre o restaurante a partir da seleção que a gente já concluiu recentemente [...] tem feito levantamento desses avanços né, a partir da pesquisa [...] apontar primeiro [...] foi a pesquisa em si né porque respeitou a comunidade acadêmica [...] porque até então parece que as coisas eram estabelecidas do ponto de vista da instituição e não havendo questionamento, não havia discursão pela comunidade acadêmica sobre os critérios, sobre o público [...] [a pesquisa] suscitou também a interlocução de diversos sujeitos né [...] que a gente pode colocar direção de centro, a coordenação de apoio ao restaurante, a CAE [Coordenação de Apoio Estudantil], a PRAC [Pró-reitoria de Assuntos Comunitários] e o movimento estudantil né, concretamente a gente teve[...] ampliação dos números de vagas de 300 para 400 [comensais][...] um avanço muito pequeno [...] outro avanço foi a inserção dos estudantes de Cajazeiras então era um critério anteriormente que Cajazeiras não podia participar da seleção [...] também outro avanço que a gente teve foi a extensão do horário do funcionamento do RU [...] aumento da participação das licenciaturas no RU [...] podemos dizer que foram esses os avanços (ASSISTENTE SOCIAL).

Percebemos então, que a pesquisa foi um instrumento realmente importante para perceber o real, na sua totalidade ou próxima dela, desvelando muitos desafios ainda a serem superados, mas que alguns já conseguiram ter um progresso como demonstrado em todas as respostas, e esses avanços se configuram apenas como o início de uma luta pelo pleno acesso dos estudantes ao restaurante.

A representante do movimento estudantil, ressaltou que um avanço após a pesquisa foi a socialização da informação. Em suas palavras, para entender melhor:

Eu acredito que houve né porque é igual eu te falei anteriormente, questão de informação [...] eu é eu era uma dos, não me considerava informada né porque até eu achava que eu não tinha direito ao RU porque pelo simples fato de ser moradora de Cajazeiras, morar em Cajazeiras, ou nessas reuniões a gente com [assistente social], com [pró-reitor] e tudo no edital não tem isso mas é criado na nossa mentalidade [...].

Uma melhor publicização sobre os critérios de acesso ao restaurante, como já mencionado anteriormente, foi um dos desafios encontrados e que tentaram sanar. Para ela já ocorreu um avanço em relação a antes, mas essa questão para a assistente social já é um pouco duvidosa, porque ela se questiona até que ponto, a

forma que eles (Movimento Estudantil e CAE) disponibilizaram as informações foi eficiente, já que o número de discentes inscritos foi abaixo das vagas.

Será que uma maneira eficaz de desconstruir essa cultura e dar mais visibilidade à assistência estudantil, suprimindo essa falta de informação indicada na pesquisa, não seria fazer um trabalho de publicização dos programas nas primeiras semanas de aula, indo nas salas para expor o que é a assistência estudantil e quais programas atende, forma de acesso aos mesmos?

3.3 Restaurante Universitário e Formação Acadêmica: qual a relação?

O restaurante universitário não é apenas mais um programa de permanência das IFES, mas podemos dizer que um dos mais importantes, pois os

Programas de alimentação ofertados aos discentes são importantes para garantir sua permanência durante o período de graduação até a conclusão do curso, pois amenizam as dificuldades relativas ao sustento da alimentação diária na universidade. Para os alunos de cursos integrais e principalmente para os que deixaram a cidade de origem para estudar (SILVEIRA,2012, p.89).

Como afirma a autora acima, o restaurante universitário não é só para se alimentar, mas proporciona acesso também dos estudantes aos outros âmbitos da universidade, faz com que eles vivenciem mais a academia com tudo que ela tem a oferecer. O FONAPRACE/PNAES (2007) também reconhece a importância de se ter um restaurante na instituição:

É necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda, principalmente os serviços dos restaurantes universitários, como forma de garantir a permanência dos estudantes no campus, dando-lhe oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral.

O FONAPRACE/PNAES, explicita mais fortemente a relação direta entre o Restaurante Universitário e uma formação acadêmica de qualidade, pois possibilita que aqueles discentes que não têm condições de comprar o lanche na cantina, porque o dinheiro que tem só dar para as xerox ou só para o transporte que vem

para a universidade, entre outras realidades dos estudantes das IFES, possam ter acesso ao tripé da universidade, ensino, pesquisa e extensão. Com isso, fica claro que a negação do acesso ao Restaurante Universitário reflete na formação acadêmica do discente.

Tendo em vista esse aspecto, indagamos os entrevistados de que maneira, o não acesso a esse programa prejudica aos discentes:

É eu acho que prejudica porque é[...]esses estudantes poderiam permanecer mais tempo na universidade né, eles poderiam ficar na universidade se alimentar rapidamente e voltar para suas atividades acadêmicas né, na pesquisa, na extensão, na monitoria, no próprio estudo, ensino, uma vez que não tem essa condição eles saem, voltam para as casas né? Então, eles perdem esse tempo [...] eles deixam de voltar que encontram as tarefas em casa né, de cunho pessoal e acabam não voltando para universidade (DIRETOR).

Prejudica demais porque aqui os estudantes eles vêm de fora, de outras cidades, aqui perto, outras até relativamente distantes, então o fato [de não] acessar o restaurante limita muito o aluno a ficar só nas aulas, só no ensino, então eles não desfrutam do que a universidade pode oferecer também como a biblioteca, grupos de estudos, grupos de pesquisa [...] então eu observo que há uma limitação muito grande nesse sentido de vivência do campus, vivenciar a academia [...] prejuízo também do ponto de vista da produtividade [...] a gente sabe que é muito complicado você produzir intelectualmente, compreender com fome [...] (ASSISTENTE SOCIAL).

Sim, com certeza porque é. Vou te dizer porque um estudante ele precisa de apoio né pra estudar, muitos deles ficam aqui no campus porque não adianta dizer 'ah vou pra casa estudar' porque quando chega em casa tem louça pra lavar, tem uma coisa pra fazer [...] a importância da assistência estudantil seria isso, você cederia refeições pra alunos e alunas aqui eles teriam o espaço da biblioteca, que eles quisessem pra estudar, pra passar o dia aí, e nisso a formação deles seriam completa (REPRESENTANTE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL).

Evidente que sim, a formação dos alunos de graduação está diretamente vinculada às suas condições de vida (PRÓ-REITOR).

Vislumbrando essa importância do Restaurante, na vida acadêmica dos estudantes, porque não pensar na universalização do acesso?! Quais as possibilidades para que isso aconteça?! Os entrevistados colocam algumas para que isso ocorra, claro que dentro da realidade deles, mas também pode-se tomar como exemplo para as outras IFES,

[...] como possibilidade né? Eu acho tem uma equipe boa na assistência estudantil né com o ingresso dos até dos novos assistentes sociais a partir

do concurso de 2012, então tem um equipe que tem um bom entendimento sobre assistência estudantil, sobre essa política como direito e que tem se empenhado na busca né pra efetivação desses direitos [...] como uma possibilidade nós temos uma interlocução muita boa com o Pró-reitor também que é uma pessoa sensível a causa da assistência estudantil, é eu acho que aos poucos tá construindo algo com os estudantes né porque assim eu acho que uma participação deles nesse processo é essencial porque a gente enquanto profissional [...] demora muito tempo pra conquistar alguma coisa [...] os estudantes resolvem entrar no processo e através dos seus meios próprios de luta que são bem mais radicais né porque eles tem a liberdade de agir dessa forma [...] eles conseguem adiantar muitas coisas [...] então eu acho que a gente precisa caminhar mais nesse rumo a haver uma maior politização dos estudantes eles com seus métodos tem condições de fazer avançar mais essa política (ASSISTENTE SOCIAL).

[possibilidades] Existe igual foi nessa nossa pesquisa, a gente sugeriu o sistema rotatório, igual a campina grande, sai um entra um, sai dois entra dois, sistema rotatório [...] mas só aqui eles não entendem, e não estou dizendo que a direção não quer, mais é uma interpretação deles, mas que daria pra implantar daria [...] (ESTUDANTE -DCE).

[...] terá solução a médio e longo prazo com a construção de Restaurante com maior capacidade de atendimento (Pró-Reitor).

Algumas são soluções mais imediatas como a colocação de mesas, ampliação do horário de funcionamento do RU, soluções estas que já estão em execução, a outra seria uma rotatividade de estudantes nos horários de alimentação viabilizando o aumento no número de comensais. Isso não nos garante pleno acesso como é o ideal, são medidas paliativas a curto prazo. O que realmente proporciona um acesso pleno ao RU seria, como mencionou a assistente social, uma articulação do movimento estudantil para buscar cada vez mais universalização não só do restaurante universitário, mas de toda a assistência estudantil, pois eles têm mais meios de luta do que os profissionais do Serviço Social, mesmo com o comprometimento com o projeto ético-político da profissão em efetivar essa política como uma política de direto. Nesse sentido, os estudantes têm que ser protagonistas nesse processo, assim pode-se acelerar essa universalização. Então é

Importante considerar que a condição de estudante determina, para o movimento estudantil, o papel precípua de se posicionar na luta de classes, principalmente pela disputa da direção ideológica do conhecimento, da educação vinculada à luta pela transformação societária. Para tanto, a universidade constitui-se em lócus privilegiado para atuação (GUIMARÃES, 2011, p.138).

É também necessário o comprometimento profissional dos assistentes sociais que buscam efetivar o projeto ético-político da profissão na assistência estudantil:

A defesa da democratização das condições de acesso e permanência denota uma relação com os princípios e valores demarcados no projeto ético-político do Serviço Social, devendo, por sua vez, se apresentar como a matriz referenciadora da atuação profissional do assistente social que se insere no campo das políticas educacionais, explicitamente, a de Assistência Estudantil (NASCIMENTO, 2013, p.394).

Necessário ainda incentivar o movimento estudantil, fomentando questionamentos, problematizando e buscando instrumentos para a superação das condições impostas pelo capital, tendo em vista o caráter político do projeto profissional, como afirma Netto (2012) *apud* Nascimento (2013):

Demarca-se a dimensão política do projeto quando o mesmo se posiciona a favor da equidade e da justiça social, com vistas à universalização do acesso a bens e a serviços atinentes às políticas e programas sociais; bem como da ampliação e da consolidação da cidadania enquanto garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Verifica-se ainda o seu caráter político ao se declarar radicalmente democrático, entendendo a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (p.390).

Nessa perspectiva, para a universalização do restaurante e, porque não falar, da assistência estudantil, é necessário o fortalecimento do movimento estudantil e o Serviço Social estando em consonância com o projeto ético-político é mais força somada, pois está dentro da máquina administrativa dos programas da assistência estudantil, fazendo um trabalho de parceria com o movimento estudantil, isso facilita a articulação com as outras instâncias administrativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esse trabalho que propôs uma reflexão e análise sobre a política de assistência estudantil, mais precisamente a viabilização do acesso aos programas, com o foco no Restaurante Universitário, esperamos ter conseguido atingir o objetivo inicialmente proposto. Obviamente, em nenhum momento tivemos a pretensão de esgotar a temática, pelo contrário, a intenção é de incitar mais debates sobre o assunto, na perspectiva que outros estudos sejam realizados para que possamos cada vez mais colocar este tema em evidência, frente aos constantes reajustes da política de assistência estudantil, tendo vista que as produções bibliográficas acerca do tema ainda são mínimas.

Haja visto que a assistência estudantil atualmente é uma política governamental extremamente necessária no ensino superior, de acordo com sua nova configuração de expansão universitária com o REUNI, procuramos retratá-la de maneira a esclarecer o real significado dessa política, e sinalizamos como viabilizarmos a democratização do acesso aos programas, discutindo sobre o Restaurante Universitário.

Buscamos também demonstrar que o Restaurante Universitário não é apenas mais um programa da assistência estudantil que alimenta os discentes que dele necessita, e sim um elemento importante para a formação dos estudantes.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa nos fizeram compreender não só a realidade do campus de Cajazeiras acerca da assistência estudantil, tendo como central o programa de permanência Restaurante Universitário, mas nos permitiu vislumbrar que é uma realidade vivenciada em boa parte do Brasil, quando se fala do tema, e dos limites encontrados para efetivação da política de assistência estudantil como direito de todos os estudantes do ensino superior público.

A respeito do Restaurante, compreendemos sua importância no processo de formação dos discentes, mas como qualquer programa pertencente a uma política pública passa por constantes limitações e cortes, sendo necessário então o protagonismo dos estudantes organizados como movimento estudantil, para superar essas limitações impostas e abrir as possibilidades e exigir que seus direitos sejam

efetivados. Vale ressaltar, nessa direção, a importância de se ter um profissional do Serviço Social, politizado, comprometido com a efetivação dessa política.

Concluimos assim nosso trabalho, com a certeza de que muito ainda há de se fazer para a universalização do acesso dos estudantes à assistência estudantil, bem como sabendo que ainda existem muitos limites a serem superados, como demonstrou a pesquisa. Como ilustrativo destes limites podemos apontar o orçamento restrito, dificultando a ampliação do espaço físico e contratação de pessoal, publicitação dos programas de permanência, entre outros que perpassam o restaurante e também, porque não dizer, a assistência estudantil como um todo no Brasil e em Cajazeiras.

Não obstante, para se chegar ou pelo menos vislumbrar uma universalização dessa política nas IFES, não basta considerarmos de modo abstrato o comprometimento daqueles que a executam. Necessita-se, sobretudo, apostar na força da organização política, com o movimento estudantil a frente, não deixando de citar a articulação com o Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Maria Sueli S.; LIMA; Jéssica N. Duarte; LIRA, Mayara Gonçalves; OLIVEIRA, Ana Rosa Sobreira de; QUERINO, Emanuela M^a Cardoso; SOUSA, Sarah Gomes e. **Slides de Apresentação dos dados da pesquisa do Restaurante Universitário**. 2014.

BARBOSA, Carlos Daniel da Luz. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior**, 2012

BRASIL, Portaria UFCG/CAE/ N.º 004, de 19 de maio de 2003, **Restaurante Universitário –RU**.

BRASIL. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010.

FONAPRACE, **Plano Nacional da Assistência Estudantil**. Belém: ANDIFES. 2007.

GUIMARÃES, M^a.Clariça Ribeiro. **A construção sócio-histórica dos movimentos sociais**: notas sobre o movimento estudantil, n.º. 48, 2011.

GUIMARÃES, M^a.Clariça Ribeiro. **Ação política da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) na defesa do projeto de formação profissional**. Mossoró: mimeo, 2011.

LEITE, Janete Luiza. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?**. Revista Ser Social.Brasília, 2012.

LIMA; Jéssica N. Duarte; LIRA, Mayara Gonçalves; OLIVEIRA, Ana Rosa Sobreira de; QUERINO, Emanuela M^a Cardoso; SOUSA, Sarah Gomes e. **Cartilha da Assistência Estudantil** – Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Formação de Professores – CFP. 2014.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O exercício profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina-**

Grande – UFCG. Trabalho Monográfico. Universidade Federal de Brasília – UnB, Brasília. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:** democratizar acesso ou permanência?. Revista Eletronica da Faculdade José Augusto Vieira, n. 08, 2013.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **A assistência estudantil consentida.** Revista Universidade e Sociedade, n. 53, 2014

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1º.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORLETTI, Elisabeth. **A universidade pública brasileira.** Revista Universidade e Sociedade, n. 53, 2014.

ORSO, Paulino José. **As possibilidades e limites da educação na sociedade de classes.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “história, sociedade e educação no brasil”, 9º, 2012, João Pessoa.

ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria; **Educação e lutas de classes.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

PRADO, Alexandra Pires do; YARI, Jiyán. **Assistência estudantil: algumas considerações.** In: COLÓQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS: Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad, 13º, 2013, Bueno Aires.

SOUZA, Maria Luisa de. **Serviço Social e Instituição: a questão da participação.** 5º Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior:** uma análise sobre as políticas de permanências universidades federais brasileiras. 2012. 134f. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica De Pelotas, Pelotas.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2^o ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VALE, Erlenia Sobral do. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico**: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE/ Erlenia Sobral do Vale. - Recife: O Autor, 2012.

APÊNDICES

A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1 - Como você percebe os programas de assistência estudantil dentro da UFCG?
- 2 - Quais os empecilhos que você visualiza para o acesso dos estudantes aos programas de assistência estudantil?
- 3 - Nos detendo ao tema da pesquisa, o restaurante universitário, no qual como estagiária desta instituição participei da pesquisa para ampliação de vagas do mesmo, e verificamos algumas dificuldades, para você houve algum avanço desde a realização da mesma até hoje?
- 4 – Para você o que explica o fato de muitos estudantes que afirmam necessitar do acesso ao R.U terem este acesso negado?
- 5 - Você acha que o não acesso desses estudantes ao restaurante universitário de alguma forma prejudica a sua formação? Como?
- 6 - Quais os limites e possibilidades que voce encontra atualmente para ampliação ou para que todos possam ter acesso ao restaurante universitário?

B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESCLARECIMENTO

Convidamos você, por meio deste documento a participar da pesquisa “ACESSO DOS ESTUDANTE AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG, CAMPUS DE CAJAZEIRAS – PB”. Temos como objetivo analisar os determinantes para as dificuldades do acesso ao Restaurante Universitário, da UFCG, campus Cajazeiras. A pesquisa tem como orientadora a professora Mestra Maria Clariça Ribeiro Guimaraes, docente do Curso de Serviço Social da UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS SOUSA.

Os riscos que podem decorrer para os(as) participantes da pesquisa são mínimos. As pesquisadoras responsáveis estão comprometidas em armazenar sigilosamente todos os dados obtidos, utilizando-os apenas para fins científicos de análise da realidade social. Para assegurar o sigilo e a segurança, referenciaremos apenas a representação ao nos referirmos às mesmas nos nossos relatos de pesquisa. As gravações e os formulários serão guardados em local sigiloso e seguro, em arquivos digitais e impressos na secretaria do Curso Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sousa, durante um período de cinco anos. Não reconhecemos outros riscos.

Os benefícios da pesquisa para os(as) entrevistados(as) são considerados indiretos, de caráter sócio-cultural, uma vez que os resultados, quando divulgados amplamente, poderão subsidiar discussões e reflexões para um melhor assistência aos discentes que necessitam do Restaurante Universitário. Deste modo, os dados e análises podem nortear ações que busquem a efetivação do direito desses estudantes. A pesquisa em foco poderá ainda subsidiar a análise sobre os avanços e dificuldades dos mesmos ao Restaurante em Cajazeiras, e, do mesmo modo, subsidiar possíveis intervenções/ações da Universidade.

Sua participação é importante porque suas respostas às nossas perguntas contribuirão com essa análise, viabilizando o entendimento da atual situação do Restaurante Universitário do campus de Cajazeiras. Para isso, pedimos seu consentimento para realizar algumas perguntas sobre a

assistência estudantil, e mais especificamente o Restaurante Universitário do qual você é parte motora do mesmo.

Para entender melhor a realidade social e como ela influencia ou reflete no cotidiano dos(as) estudantes necessitamos conhecer a sua experiência visando a ampliação do conhecimento sobre a realidade do Restaurante Universitário do campus de Cajazeiras, contribuindo com a discussão sobre os acessos dos estudantes aos programas de permanência das universidades federais no Brasil.

Se você decidir participar, você será submetido(a) ao procedimento de **entrevista** nos fornecendo informações importantes sobre as experiências advindas da sua atuação frente ao restaurante universitário.

Sua participação é completamente voluntária, de modo que você tem liberdade para desistir, retirando seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, não tendo com isso prejuízo ou penalidade. Se sentir-se constrangido(a) de alguma forma, em qualquer momento poderá se recusar a responder a alguma pergunta ou solicitar a suspensão parcial ou total da gravação por nós realizada. Obedeceremos critérios técnicos adequados de forma a não prejudicar a qualidade e autenticidade das informações, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Armazenaremos as transcrições em meio digital nos arquivos do Curso Serviço Social – CCJS/UFCG. Garantimos que serão mantidos sigilo e respeito, ou seja, o seu nome não será exposto nesse trabalho.

Se você tiver algum gasto financeiro comprovado decorrente da sua participação na pesquisa, você será ressarcido(a).

Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização. Disponibilizaremos uma cópia deste Termo e as dúvidas que surgirem a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Sarah Gomes e Sousa. Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas à professora orientadora do trabalho a Ms. Maria Clariça Ribeiro Guimarães.

CONSENTIMENTO APÓS O ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro que estou ciente dos objetivos dessa pesquisa e de ter compreendido as informações dadas pela pesquisadora, e por livre e espontânea vontade, aceito participar da pesquisa intitulada ACESSO DOS ESTUDANTE AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG, CAMPUS DE CAJAZEIRAS – PB. Permito que as informações que prestei sejam utilizadas para o desenvolvimento da mesma.

Cajazeiras, _____ de _____ de _____

ASSINATURA

Sarah Gomes e Sousa
Pesquisadora responsável

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA GRAVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo a gravação em áudio das informações que prestarei à pesquisadora responsável durante a entrevista que faz parte do processo de coleta de informações da pesquisa: ACESSO DOS ESTUDANTE AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG, CAMPUS DE CAJAZEIRAS – PB. Permito que as informações que prestei sejam utilizadas para o desenvolvimento da mesma. Elas poderão ser gravadas em meio digital, e armazenadas em mídias eletrônicas, transcritas a partir de critérios técnicos adequados de forma a não prejudicar a qualidade e autenticidade das informações, bem como poderei solicitar a leitura das transcrições a qualquer momento. Estou ciente de que as transcrições serão armazenadas em meio digital nos arquivos do Curso de Serviço Social – CCJS/UFCG durante o período de 5 (cinco) anos.

Se sentir-me constrangido(a) de alguma forma em qualquer momento, poderei me recusar a responder qualquer pergunta ou solicitar a suspensão parcial ou total da gravação realizada.

Certo de que as informações serão utilizadas apenas para fins científicos de análise da realidade social, permito que sejam utilizadas para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Cajazeiras, _____ de _____ de _____

ASSINATURA

Sarah Gomes e Sousa

Pesquisadora responsável